

COM SALÁRIOS ARROCHADOS, APOSENTADOS NÃO CONSEGUEM PAGAR COMIDA, REMÉDIO E PLANO DE SAÚDE

Não é de hoje que SINDPREVS e FENASPRS alertam para as dificuldades financeiras que atingem aposentados/as e pensionistas do Seguro e Seguridade Social, que recebem salários arrochados. Desde 2015, a defasagem salarial de quem se aposentou é bem maior que em outras categorias profissionais, e como os/as aposentados não têm direito a receber benefícios sociais, acabam por receber remunerações menores de quem está na ativa, embora o governo alegue que há paridade nos vencimentos, o que não é verdade. Pois uma parcela considerável das categorias recebe gratificações, em média, 50% menor. Porém, todos sofrem com arrocho salarial, e após o golpe de 2016, ficamos sete anos com salários congelados. Neste período não tivemos nenhuma recomposição salarial. O governo Lula, que assumiu cargo em 2023, após muita pressão, acabou por corrigir os salários em 9%, valores insuficientes para recompor minimamente as perdas salariais que atingiram 53% no período. E ainda, para aumentar o fosso salarial em 2024, resolveu corrigir apenas os benefícios sociais, deixando de fora aposentados e pensionistas. Para janeiro de 2025 o governo propõe reajustar as aposentadorias e pensões em 9%, mas mesmo assim, esse índice é muito baixo para tamanhas despesas pessoais.

O custo de vida subiu bem acima da inflação nos últimos 10 anos, e como isso os valores das mensalidades dos planos de saúde obrigaram os aposentados a pararem de pagar, fazendo uma escolha angustiante, ou pagam a comida, alugueis e roupas, ou pagam os planos. Em todas as categorias do serviço público federal está é uma realidade cruel e injusta para quem sempre atendeu milhões de brasileiros. Embora algumas categorias tenham remuneração superior a outras, todas têm a mesma reclamação, a maioria não consegue pagar os valores e abandonam os planos. Por mais que o SUS seja uma referência nacional no cuidado com a saúde, ainda não consegue atender tamanha demanda com especialistas e cirurgias, sem falar que em muitos municípios e estados, a saúde pública não é prioridade.

A FENASPS e entidades dos servidores públicos federais lançaram campanha para buscar junto ao governo corrigir os salários destas categorias e/ou criar um benefício que permita aos aposentados/as das categorias, com menor salário, terem condições de subsistência e manter a qualidade de vida.

Na base do SINDPREVS/PR ouvimos essas reclamações todos os dias, e buscamos, junto à FENASPS, que o governo tenha sensibilidade em atender tanta demanda para ter de volta os planos de saúde, e que aumente para 50% (no mínimo) os valores da percapta nos planos de quem se aposentou.

COMUNICAÇÃO SINDICAL

O SINDPREVS/PR coloca as principais notícias e informações à categoria em suas redes sociais. É importante acessá-las para se manter bem informado.

Home Page: www.sindprevspr.org.br

Facebook: [sindprevssindserv.federais](https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais)

Instagram: [sindprevspr](https://www.instagram.com/sindprevspr)

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Com as frequentes aposentadorias aumentando de uns anos para cá, o SINDPREVS não tem como saber se o/a servidor/a se aposentou. Portanto, é fundamental que, após obter a aposentadoria, **entrem em contato com o sindicato para atualizar seus dados cadastrais.**

Alertamos que todos/as verifiquem, em seus contracheques, se está havendo o desconto da mensalidade devida ao SINDPREVS/PR, pois sua suspensão ocasiona prejuízos, como impedimento de votar e ser votado nas eleições sindicais, e pagamento de honorários a maior, como não sindicalizado, nas ações judiciais.

E também convidamos todos e todas a utilizarem as redes sociais do sindicato, repassando os números de seus aparelhos celulares para que possamos incluí-los/as nos grupos de WhatsApp do SINDPREVS/PR. Nesses grupos, colocamos os principais informes sobre negociações em Brasília e também convocamos para assembleias e encontros de confraternização em diversas cidades do Paraná. Num mundo globalizado, comunicação é tudo. Para solicitar a inclusão nesses grupos, é importante entrar em contato pelos fones: **LONDRINA (43) 3321 3814 - 996 58 00 08 - 996 70 17 06 - 996 69 98 42** **CURITIBA (41) 3233 9389 - 997 40 20 48 - 995 61 61 08 - 995 61 86 10**

SINDPREVS/PR - 37 ANOS DE LUTA

Em 2025 o SINDPREVS/PR, vai completar 37 anos de luta em defesa dos direitos dos/das servidores do INSS, Saúde, Trabalho, Previdência Social e Anvisa. Esta entidade sempre lutou na defesa dos direitos dos servidores e do serviço público. Após uma greve com 114 dias de paralisação, a paralisação foi suspensa, mas a luta continua firme para atendimento da pauta de reivindicação da categoria. Parabéns a todos/as que acreditam que somente na luta conquistamos. Respeitem nossa história. A luta segue até a vitória!

Jornal do SINDPREVS/PR – EXPEDIENTE

Londrina: Av. Jorge Casoni, 2575 – 86010-250

Fone (43) 3321 3814 – contato@sindprevspr.org.br

Curitiba: Av. Marechal Deodoro, 500, Cj. 155 – 80010-911

Fone (41) 3232 0400 – sindprevspr@onda.com.br

Edição sob responsabilidade da Direção Colegiada do SINDPREVS

Diagramação: Manoel Nascimento

Jornalista Responsável: Hugo Ramírez Filho

Impresso na Graf Norte – 5 mil exemplares

www.sindprevspr.org.br



JORNAL DO **sindPREvs** FENASPS

DEVOLUÇÃO:
Av. Jorge Casoni, 2575
86010-250 LONDRINA PR



DEZEMBRO DE 2024

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

MAIS UM ANO SE VAI E 2025 CHEGA COM NOVOS DESAFIOS



Fundado em 14/10/88, poucos dias após a promulgação da nova Constituição Federal, o SINDPREVS /PR foi criado para defender as categorias do INSS, Saúde, Trabalho, Assistência Social e Previdência. Forjado nas greves contra os desmandos de José Sarney, conseguimos unir servidores desses ministérios e por eles passamos a lutar incessantemente. Se verificarmos nossos contracheques, vamos ver que o Salário Base era a nossa remuneração, tudo o que conquistamos, GAE, Gratificações e Auxílios são frutos das nossas lutas nos locais de trabalho e nas ruas, buscando melhorias para todas as categorias. Nossas greves sempre foram históricas e delas advém nossas vitórias contra todos os governos, de Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e agora Lula outra vez. Nunca, em tempo algum, governos nos ofereceram algum benefício de graça. Tudo o que conquistamos foram em lutas intensas, com ameaças de demissão, agressões policiais, judicialização e bloqueio de negociações. Jamais recuamos em nossas greves.

Hoje, passados 38 anos, acabamos de suspender mais uma greve histórica, a do INSS, que durou 114 dias, na qual fomos atacados pelo Ministério de Gestão e Inovação, INSS e Previdência, também com judicialização junto ao STJ, que bem sabemos a quem serve, e nunca a nós, servidores e servidoras.

Sabemos que o próximo ano não será diferente, e contamos com a sempre valorosa participação de nossas categorias junto ao sindicato. Vamos continuar indo à luta para garantir e ampliar conquistas e, mobilizados, vamos enfrentar tudo o que estiver pela frente, porque somos de luta e nunca desistimos!

JUNTOS SOMOS FORTES PARA LUTAR
E MUDAR NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA.



É TEMPO DE
SOLIDARIEDADE
A TODOS E TODAS
QUE CLAMAM
POR JUSTIÇA
SOCIAL PARA
CONSTRUIRMOS
UM MUNDO
MELHOR!

FELIZ NATAL!

A diretoria colegiada do **sindPREvs**

A GREVE FOI SUSPENSA, MAS A LUTA CONTINUA

Na luta por melhores condições de trabalho e valorização, os servidores públicos federais realizaram greves em 2024. No INSS, a paralisação chegou a 114 dias sendo a segunda mais longa em mobilização, uma greve muito importante porque trouxe à Mesa de Negociação reivindicações que os/as servidores/as há muito lutam por reconhecimento da importância do trabalho prestado à população: a implementação como Carreira Finalística, como núcleo estratégico de Estado, Nível Superior para concursos, Cumprimento do Acordo de Greve de 2022, Incorporação da GDASS e Jornada de Trabalho de 30 Horas.

A greve encerrada no dia 08/11 enfrentou ataques do governo e da Justiça Federal, que na primeira semana de paralisação multou as entidades em 500 mil reais por dia de paralisação, um absurdo sem precedente. Porém, a categoria se manteve resiliente, firme e a greve durou de julho a novembro.

O governo, além de estabelecer de fato as negociações com os grevistas, abusou de medidas ilegais para criminalizar os servidores em greve, como ameaça de colocar código por falta injustificada, para posterior abertura de inquéritos administrativos por abandono de emprego. A direção do INSS extrapolou todos os limites. Porém, teve resposta à altura da categoria, que fez duas ocupações na Direção Central, que culminaram num recuo com a revogação das medidas ilegais.

Agora, a categoria precisa manter a mobilização e o Estado de Greve, pois a luta continua. Ainda teremos pela frente os problemas gerados pelo Programa de Gestão de Desempenho, IN 24, que promete transformar a jornada de trabalho em metas individuais, seja para quem trabalha remoto ou presencial. E para quem estiver integralmente em home office, poderá ser obrigado a liberar um número de telefone que a gestão poderá fazer contato e também para divulgação à população.

Há mais de um ano que a FENASPS faz pressão sobre o INSS, para discutir a IN 24 do novo PGD. Porém, o governo se recusa a debater o assunto com as entidades, e entendemos que será um grande problema a ser enfrentado pela categoria que deverá tomar os devidos cuidados para não assinar documentos que alterem seu contrato de trabalho.

Na Assembleia Estadual realizada dia 23/11 em Londrina, foi aprovado orientar todos os servidores do INSS, para não assinarem nenhum documento como o Termo de Ciência e Responsabilidade – TCR, sem consultar a assessoria jurídica do Sindicato. A categoria está amparada pelo RJU – Lei 8112/90 que, em seu artigo 19º, estabelece jornada de 30 e 40 horas de trabalho.

Parabéns a todos/as servidores do INSS, que estiveram na frente de luta e ao Comando de Greve que bravamente lutou sem tréguas durante dos 114 dias da greve, buscando a abertura de negociações. A greve foi suspensa, porém, a luta continua, não estamos derrotados. Demos exemplo que somente na luta conquistamos. Respeitem nossa história de 40 anos de luta.

NA LUTA CONTRA O DESMONTE SERVIDORES/ AS DO INSS ENTRARAM EM GREVE POR 114 DIAS

Nestes 40 anos da história de luta da FENASPS uma entidade classista, que convocou movimentos e greves em todos os governos deste período, mas jamais deflagramos greve sem antes tentar abrir exaustivamente negociações. Infelizmente, há décadas que o INSS, uma das maiores e mais importantes autarquias, enfrenta problemas estruturais crônicos nas APS, nos sistemas de internet deficitária e frequentemente fora do ar, há agências em que falta água potável, ar condicionado e equipamentos de segurança e proteção.

Outra situação de extrema gravidade é a defasagem de pessoal na auditoria feita pela CGU e MFP, que apontam ser necessário realizar concurso para contratar 23 mil servidores para cumprir sua missão institucional, desta que é a maior distribuidora de renda da América Latina, uma das três maiores do mundo. E o número de segurados, que sofreram horrores durante a pandemia e do governo genocida, vem crescendo, exigindo mais dedicação por parte de quem atende, analisa e concede benefícios, principalmente às classes mais pobres da população. Sem falar do adoecimento crônico dos servidores que são obrigados a ser virar para atender tamanha demanda nas APS. E quando estes adoecem não tem nenhum programa de prevenção e assistência àqueles e aquelas que são vítimas deste sistema perverso, que exige metas absurdas fora da realidade, sem oferecer as devidas condições de trabalho. Estamos fazendo levantamento do crescente aumento dos servidores/as “aposentados/as” compulsoriamente por doenças do trabalho.

As condições de trabalho precárias foram se acumulando, chegando a ponto de ruptura, levando a categoria a deflagrar a Greve por Tempo Indeterminado, iniciada no 16 de julho/24 e encerrada dia 08 de novembro. Na realidade, o governo, que não consegue atender às demandas da categoria, e não foi padrão nem razoável, havia sinalizado com reajustes pontuais, no caso do INSS, oferecendo, a princípio, 6% em janeiro de 25 e mais 4,5% em maio de 26, e isso de forma confusa, não sabíamos se estes reajustes incidiriam sobre o total de nossas remunerações ou somente na GDASS, o que faria os índices despencarem para 6% em 25 e menos de 3% em 26. Pelo que nos confirmaram, esses 9% incidirão apenas sobre a GDASS.

E o governo não admitia negociar nenhuma outra questão além do reajuste. E cobramos, desde o início do governo Lula, em janeiro/23, que fosse cumprido o Acordo de Greve de 22. É desnecessário dizer que a enrolação do governo é sempre a mesma, assina um acordo e depois o coloca na gaveta para esquecimento geral. E nós não esquecemos, e insistimos nessa cobrança por Restruturação das Carreiras, Melhores Condições de Trabalho, transformação das Carreiras em Típicas de Estado (que depois virou Finalística). Fomos negociar junto ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI), enfrentando não só a má vontade do governo, como também as negativas de atendimento à nossa pauta trabalhista.

REAJUSTE PARA A SEGURIDADE SOCIAL EM 2025/26

Os servidores da Saúde, Trabalho e Previdência não tiveram qualquer reajuste salarial no ano de 2024, o que frustrou as categorias que aguardavam minimizar as perdas acumuladas que, em alguns casos, alcançam mais de 40% em relação a 2015.

Para 2025, o governo propõe reajuste de 9% em janeiro e de mais 5% em abril de 2026. Lembramos que a proposta inicial, recusada por todas as entidades, era de 4,5% em janeiro/25 e 4% em maio de 26. A FENASPS, em seus fóruns nacionais queria reajuste superiores a 20% em 25 e 26, o que o governo se recusou a negociar. A atual proposta jamais foi aceita pela FENAPS, mas foi aceita pela CONDSEF, o que não pode excluir os servidores da nossa base.

Ainda não sabemos se este reajuste de 9% em janeiro/25 também será concedido na GACEN, para quem era da Ex-FUNASA.

O governo, para a Seguridades Social, elevou o percentual dos **steps**, que ficaram assim:

NÍVEL SUPERIOR – Elevação de 2,8% para **3%** nos padrões – E aumento de 3% para **4%** nas classes.

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - Elevação de 1% para **1,25%** nos padrões – E aumento de 1,5% para **2%** nas classes.

O governo foi intransigente nas negociações com todas as categorias. Ofereceu o que quis impondo que todos aceitassem. A oposição da FENASPS fez com que tivéssemos uma proposta melhor do que a inicial, mas ainda longe da ideal, que seria zerar as nossas perdas salariais.

A luta segue em 2025, e convocamos, desde já, todos e todas para somarmos esforços, nos mobilizarmos e negociarmos avanços para a Seguridade Social.

As tabelas salariais completas para a Saúde, Previdência, Trabalho e FUNASA para janeiro de 2025, estão disponíveis no site do sindicato: www.sindprevspr.or.br

FENASPS debate GACEN/GECEN em GT do Ministério da Saúde

A FENASPS participou, nessa quarta-feira, 27 de novembro, da primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) instituído no âmbito do Ministério da Saúde para debater a Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias e a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias, GACEN e GECEN, respectivamente.

Na pauta da reunião, estiveram os seguintes pontos:

- Alteração da Portaria 484/2014 para permitir que todos os servidores e empregados públicos da Funasa e do Ministério da Saúde que atuam permanentemente no combate e controle de endemias possam ter seu direito garantido ao recebimento da GACEN;

- Estratégias de apoio à proposta de inclusão no Projeto de Lei de Reestruturação das Carreiras e Reajustes Salariais, encaminhado à ministra de Estado de Saúde, Nísia Trindade, bem como à Secretaria de Relações de Trabalho do MGI. Leia o Relatório completo em:

<https://fenasps.org.br/2024/11/29/fenasps-debate-gacen-gecen-em-gt-do-ministerio-da-saude/>

TEMPO ESPECIAL INSALUBRE (EX-FUNASA): SAÚDE PEDE SEIS MESES PARA FAZER A CONTAGEM

Transformada em novela de triste evolução para os servidores do ministério da Saúde (EX-FUNASA), a Contagem do Tempo Especial Insalubre se arrasta a anos, prejudicando quem deseja se aposentar – e alguns até se aposentaram sem essa contagem, gerando prejuízos financeiros no valor de suas aposentadorias. Há muitos servidores que só aguardam essa contagem para se aposentarem, alguns tendo até passado desse tempo.

Ano após ano iniciamos negociações na Superintendência Estadual do MS em Curitiba e também no Ministério, em Brasília. E sempre nos dizem que não há pessoal disponível para realizar essa contagem.

Em reunião com a Direção do SINDPREVS/PR, realizada em 07/11/24, a chefe de Gestão de Pessoas do MS, em Curitiba, disse que pretende, em seis meses, fazer essa contagem.

REAJUSTE DO INSS PREVISTO PARA 2025/26

Após intensos debates realizados com o MGI antes da deflagração da greve, a FENASPS, alertou os negociadores do governo, que não aceitaríamos o confisco da GAE, nem redução das tabelas. No entanto no decorrer da greve apresentamos propostas para outras entidades, para aplicar o índice de reajuste previsto de 9% em 2025 e 9% em 2026, corrigindo apenas a GDASS. Não temos acordo com esta decisão e vamos procurar os parlamentares da base para apresentar emendas visando que os índices salariais sejam aplicados proporcionalmente sobre todo o vencimento dos servidores. O Termo de Acordo pode ser acessado em www.sindprevspr.org.br



aos servidores públicos regime de trabalho por metas, similares ao regime de escravidão, pois ao decretar que todos os servidores serão obrigados a assinar Termo de Ciência e Responsabilidade, para cumprir metas que não foram negociadas, é assédio moral institucional. E o desde julho o SINDPREVS/PR vem denunciando isto. Agora, em dezembro, o INSS deverá implantar este Programa, sendo muito importante todos/as servidores/as lerem devidamente os documentos e procurem auxílio do sindicato antes de aceitarem. Confira mais no site: www.sindprevspr.org.br

A LUTA DOS APOSENTADOS CONTRA O CONFISCO SALARIAL QUE É A CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

Com apoio das entidades do FONASEF e FONACATE o movimento das diversas categorias do funcionalismo público federal, trava uma grande batalha para derrubar a medida que determinou o confisco salarial dos/das servidores via contribuição ao Regime de Previdência Social. Um absurdo, pois a maioria das categorias pagou contribuição previdenciária durante 60 e até 75 durante sua vida laboral, e ainda são assaltados após se aposentarem.

Atualmente a luta é pelo apensamento da PEC 6/2024 a PEC 555/2006, agilizando a tramitação da matéria.

No entanto, a luta precisa avançar, pois na contrarreforma da Previdência de Bozonazi, ficou instituído aumento da alíquota de contribuição, que se for revisto, permitirá que o governo crie novas formas de contribuição em caso do fundo de aposentadoria não conseguirem pagar os benefícios dos atuais e futuros aposentados/as.

NOVO PROGRAMA DE GESTÃO IMPÕE REGIME DE ESCRAVIDÃO

O governo editou a IN 24/2023 para implantar novo Programa de Gestão de Desempenho, num fragrantíssimo desrespeito ao RJU, Lei 8112/90, para impor



LUTAMOS CONTRA O PATRÃO E ENTIDADE (FANTASMA) PELEGA



Sem atendimento das reivindicações, cansados de tanta enrolação, deflagrar a greve foi o caminho que restou. E assim, em plena luta, surgiu no cenário uma entidade fantasma de pelegos tradicionais, prometendo conquistas mirabolantes com pautas mentirosas ao estilo da horda bozonazista, onde impera a indústria de fake news, enganou muita gente que acreditou que estes energúmenos seriam a salvação da categoria. E com o tempo sofreram a amarga decepção que os integrantes do SINSSPELEGO, arapuca criada no interior da CUT, que sequer tem carta sindical para tentar destruir o SINSPREV/SP, poderia no máximo representar os nonsenses filiados de SP. Porém, muita gente de outros Estados embarcaram nesta canoa furada. O desserviço deste grupelho, além enganar esta parcela da categoria, que acreditou ser possível fazer filiação e fazer apenas militância virtual, provocou problemas de toda ordem. Não temos nenhum problema em fazer reuniões virtuais, aliás, durante a greve foi o que mais ocorreu. Mas é fundamental que os/as servidores participem das assembleias presenciais, que sempre fazemos nos locais de trabalho.

No desespero, por serem desmascarados, se aliaram aos pelegos da CONDSEF/CUT, para terem espaço na Mesa de Negociação, e daí caiu por terra todas as promessas de levar a base para o nirvana, causando revolta geral entre os/as servidores/as que desautorizaram esta turma a representar a categoria junto ao governo.

O SINDPREVS/PR, foi a primeira entidade da base da FENASPS durante a greve, a fazer a denúncia destes farsantes. Num primeiro momento, tivemos muitas pessoas da base descontentes, mas ao longo da greve descobriram que a verdade se impõe inexoravelmente. O mais importante é todos saberem não existe "almoço grátis". Quando aparecer gente bancando heróis, vendendo ilusões nas redes sociais, tomem cuidado, para não serem ludibriados, é golpe. O que mais aparece nas redes são grupos vendendo facilidades. Na dúvida, procurem informação nos sites da Federação ou do Sindicato.

Assim como fazem nos navios, estes ratos fugiram no primeiro sinal de água. E desta forma repudiamos todas as entidades que, sem ouvir suas bases, assinaram acordos com o governo. Em 40 anos de história de luta, a FENASPS jamais assinou acordos sem aprovação da sua base, e isto desmente os ataques aos diretores da Federação, feitos por estes agrupamentos das redes, que vendem facilidades nas redes sociais. RESPEITEM A NOSSA HISTÓRIA, É LUTA ATÉ A VITÓRIA!

JUDICIALIZAÇÃO

Quando entramos em greve e enfrentamos os sucessivos governos, sempre esperamos que haja um mínimo de cordialidade entre as partes. Esse governo rompeu essa cordialidade quando, no meio das negociações, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para impedir a nossa greve. A justiça permitiu que apenas 15% do contingente entrasse em greve. Ora, não se faz greve com esse contingente tão baixo de

servidores. E mesmo assim, continuamos mobilizados e não aceitamos essa intimidação. Vendo que não iríamos ceder, o governo ordenou o corte de ponto e desconto de salários dos dias parados. E assim fez, deixando milhares de servidores com descontos substanciais em suas rendas. E nem isso esmoreceu a categoria, que até ampliou a greve. Recorremos à justiça que fez o governo recuar, mas depois dos acordos assinados pela CNTSS e SINSSPELEGO, o governo publicou normativa orientando às Gerências Executivas que colocassem os dias de greve como faltas injustificadas. Não esmorecemos, e na justiça também barramos essa tentativa intimidatória de acabar com a greve. O governo esqueceu que o Direito de Greve está na legislação.

SUSPENSÃO DA GREVE

Com as negociações suspensas, recorremos aos parlamentares do congresso que intermediassem a reabertura da Mesas de Negociação no Ministério de Gestão e Inovação (MGI). E contamos com valorosos apoios de deputados e senadores. E mesmo assim o governo continuava a nos intimidar conseguindo, junto à justiça, que valesse a normativa de Faltas Injustificadas, o que, na prática, poderia ensejar até demissão por justa causa. E não foi fácil chegarmos a um consenso de que era necessário suspender a greve. Após discussões estaduais, na Plenária Nacional da FENASPS, realizada em 04/11/24, aprovou-se o indicativo de suspensão da greve. Após 114 dias, com a consequente assinatura do Termo de Acordo nº 40, em 6 de novembro, a greve no INSS estava oficialmente suspensa a partir de 08/11/24.

Após o acordo que suspendeu a greve, o governo retirou o código de Faltas Injustificadas, substituindo por Código de Greve, e iniciamos negociações para que não sejam descontados os dias de greve. Também estamos negociando a forma como serão compensados os dias da greve.

Lembramos que a greve está suspensa e aguardamos negociações com o governo e que não descartamos voltar a paralisar as atividades caso sejamos perseguidos pela luta justa que travamos.

AGRADECIMENTOS

"É oportuno agradecer os parlamentares que foram fundamentais para interceder junto ao Governo Federal para o estabelecimento de uma negociação que, ainda que insuficiente, foi a possível no momento para garantir avanços. O CNG (Comando Nacional de Greve) agradece a diversos deputados e deputadas federais, especialmente a Glauber Braga, Sâmia Bomfim, professora Luciene Cavalcanti, Alice Portugal, Érika Kokay, Tadeu Veneri, Cleber Verde, Zeca Dirceu e Adriana Accorsi.

Apesar de o apoio de todos os parlamentares ter sido fundamental, não é possível deixar de fazer um agradecimento especial ao deputado Glauber Braga, que no mesmo dia em que participou da reunião da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados convocada para cassar o seu mandato, ainda assim fez questão de acompanhar a FENASPS durante toda a reunião com o ministro da Previdência, Carlos Lupi. Isto é, mesmo com o mandato em risco, o deputado Glauber se manteve presente com os trabalhadores do INSS e priorizou a luta de classes. Glauber fica!

O CNG (Comando Nacional de Greve) também agradece à intercessão vice-líder do Governo na Câmara, deputado Mauro Filho, respectivamente, – este último que esteve presente na reunião desta quarta, 6/11 – e aos senadores Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Jaques Wagner, ao ex-senador e hoje superintendente da Sudam, Paulo Rocha, e à deputada Carla Ayres, eleita vereadora na Câmara Municipal de Florianópolis." (informe da FENASPS). Na Home Page do sindicato (www.sindprevspr.org.br) estão os Termos de Acordo assinados que farão parte da MP ou PL, que o governo comprometeu enviar ao congresso junto com a Lei Orçamentária da União, para ser aprovado até o final de dezembro, assegurando assim a correção salarial dos servidores Públicos Federais. É luta que segue agora no congresso nacional e nas negociações com o governo, para buscar um entendimento de reposição do período da greve, que a Federação defende que seja feito através de sistemas de mutirão, dentro de um prazo a ser negociado com as entidades e a categoria.

LUTA CONTRA MAIS UMA TENTATIVA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

Vivemos, desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, anos turbulentos e precarizantes para os serviços públicos. Servidores do Ministério da Saúde estão, em sua maioria aposentando, não há renovação de quadros, e bem sabemos que a Saúde, nas mãos da iniciativa privada, deixa a desejar. O Ministério do Trabalho, também não renova seus quadros, e com a diminuição de mão de obra qualificada, o governo recorre a convênios com prefeituras e entidades privadas para não fechar, e com isso diminui a importância de um ministério essencial para a relações de trabalho. E o que dizer do INSS, que passa por desestruturação de suas atividades, com defasagem superior a 23 mil servidores/as, o que deixa a grande maioria de servidores/as que está em atividade, adocida, desvalorizada e sem perspectivas de avanços na carreira. É também por isso que fomos à greve, para resguardar conquistas e buscar avanços para melhorias na carreira.

Desde o desgoverno de Collor de Melo que existem tentativas de acabar com o serviço público, entregando suas tarefas à iniciativa privada. E desde então, passando por Fernando Henrique, Temer e Bolsonaro somos ameaçados com essas tentativas de privatizações de nossos serviços. Na mobilização e na luta conseguimos deter essas tentativas absurdas de ceder a coisa pública para o ralo da privada.

Hoje, está em curso, no congresso nacional, que bem conhecemos a aura de trevas sobre suas atuações, a intenção de realização de ampla reforma Administrativa.

DECISÃO DO STF AUTORIZA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PELA CLT

Ao julgar AADI 2135 – Ação Direta de Inconstitucionalidade, os ministros do STF permitiram aos governos dos três poderes fazerem contratação de funcionários pela CLT.

“O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade de trecho da Reforma Administrativa de 1998 (Emenda Constitucional 19/1998) que suprimiu a obrigatoriedade de regimes jurídicos únicos (RJU) e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas federais, estaduais e municipais.

A decisão foi tomada na sessão desta quarta-feira (6), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2135). Por maioria de votos, o Tribunal entendeu que não houve irregularidades no processo legislativo de aprovação da emenda.

Contrato público de trabalho

O texto original do artigo 39 da Constituição Federal de 1988 previa que cada ente da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) deveria instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para seus servidores públicos, unificando a forma de contratação (estatutária), e os padrões de remuneração (planos de carreira). A EC 19/1998 alterou o dispositivo para extinguir a obrigatoriedade

do RJU, possibilitando a contratação de servidores públicos pelo regime da CLT.

Na ação, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) sustentavam que o texto promulgado não teria sido aprovado em dois turnos por 3/5 dos votos dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, procedimento necessário para alterar a Constituição.

Em 2007, o Plenário havia suspenso a vigência da alteração. Com isso, o texto original permaneceu válido até agora.

O mérito da ADI começou a ser julgado em 2020, com o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, pela inconstitucionalidade da alteração. Em 2021, o ministro Gilmar Mendes abriu divergência, e seu entendimento prevaleceu na conclusão do julgamento.

Ajuste de redação

Para a corrente vencedora, não houve violação ao processo legislativo. O texto foi aprovado em dois turnos por 3/5 dos votos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme exige a Constituição Federal. Segundo Mendes, o texto foi aprovado em segundo turno na Câmara, mas apenas em ordem diferente da redação em primeiro turno, o que configurou apenas um deslocamento do dispositivo. “Modificar o lugar de um texto de dispositivo contido em uma proposição legislativa não é suficiente para desfigurá-la”, afirmou.

Na sessão de hoje, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, frisou que o Judiciário só deve intervir em questões de procedimento legislativo em caso de flagrante inconstitucionalidade, o que não houve no caso.

Acompanharam esse entendimento os ministros Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin e Luiz Fux e a relatora, ministra Cármen Lúcia, que votaram pela inconstitucionalidade da norma.

Efeitos

A decisão só valerá para futuras contratações, sem a possibilidade de mudança de regime dos atuais servidores. A liminar anteriormente deferida, que havia suspenso a alteração, foi revogada.” (Home Page STF)

A FENASPS encaminhou documento para os quatro partidos PT – PDT – PSB e Pcdob, para ingressarem com embargos declaratórios, para delimitar a abrangência da decisão. Ainda não tivemos retorno do que foi solicitado. Porém, esta questão será mais uma batalha que o conjunto do funcionalismo federal terá pela frente.

A serviço dos sanguessugas que querem roubar nossos empregos, a Folha de São Paulo publicou matéria de capa (17/11/24) em que, tendenciosamente, apresentou pesquisa (fake) sobre desaprovação da população aos servidores públicos. A FENASPS reagiu, mas o essencial é que nós sabemos da nossa importância e utilidade para a população. Percebam que nós, servidores/as não temos sequer um minuto de paz, são tantos ataques obrigando intensa mobilização para defesa, que nunca conseguimos uma trégua em nossas lutas.

Tenham a certeza de que vamos lutar contra mais essa tentativa de sermos extintos e de que a mão do mercado coloque suas garras nos órgãos e empresas públicas. Contamos com todos e todas para mais essa luta!

IMAGENS DAS NOSSAS LUTAS



1930 - 2024 - HÁ 94 ANOS
DEFENDENDO OS DIREITOS
DA CLASSE TRABALHADORA.
NÃO AO ABANDONO!
SIM À VALORIZAÇÃO!

MTE
Ministério do Trabalho e Emprego
FENASPS